

Gênero e Diversidade na Escola: reflexões sobre uma política pública intersectorial de prevenção à violência

Resumo: O Ministério da Educação vem fomentando uma política intersectorial de formação docente em gênero, diversidade e prevenção de violências por meio do curso Gênero e Diversidade na Escola. Objetivou-se analisar as repercussões dessa estratégia na prevenção e manejo de violências nas escolas dos egressos. Adotou-se avaliação por triangulação, mesclando pesquisa documental e *follow-up* após dois anos do término do curso, incluindo 145 egressos que responderam a um formulário quantitativo e 21 entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicaram: a) em 89,8% (n = 62) das escolas ocorreram violências e os egressos intervieram utilizando conteúdos do curso; b) 22,9% (n = 50) foram situações de homofobia, 21,1% (n = 46) racismo, 14,2% (n = 31) sexismo e 9,1% (n = 20) violência doméstica; c) os dados qualitativos sinalizaram o curso como uma estratégia de formação de multiplicadores engajados na prevenção de violências e promoção de cultura de paz em seus espaços. No entanto, mesmo tal estratégia demonstrando avanços consideráveis, os desafios persistem com o atual cenário político-econômico, sendo o mais ameaçador a possibilidade de retrocesso imposto por setores conservadores do executivo e legislativo. Portanto, a visibilidade das ações é um passo decisivo para manutenção e potencialização, evitando o desmonte desta estratégia.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Escola. Políticas Públicas.

Renata de Fatima Tozetti
Universidade Federal do Paraná
renazetti@gmail.com

Marcos Claudio Signorelli
Universidade Federal do Paraná
signorelli.marcos@gmail.com

Daniel Canavese de Oliveira
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul
daniel.canavese@gmail.com

Os problemas gerados a partir da violência acarretam além de danos à saúde e bem-estar das vítimas, prejuízos aos cofres públicos, com altos custos econômicos. De acordo com dados do X Anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição 2016, estima-se que no Brasil, a violência seja responsável por gastos de R\$ 76,3 bilhões, equivalente a 1,38% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo considerado o maior crescimento de 62% entre o período dos anos 2002 a 2015. A relação entre a violência e o espaço escolar apontou que 50% dos alunos que frequentam o 9º ano do ensino fundamental estão em escolas localizadas em áreas de risco de violência, e que, 14,8% dos estudantes afirmaram ter perdido aula por falta de segurança no trajeto casa-escola ou na própria escola. As diretrizes, na pauta das políticas públicas, requerem investimentos a curto, médio e longo prazo, com estratégias intersectoriais, sendo que um dos maiores desafios é a sustentabilidade das próprias ações.

Pesquisas reveladas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), apresentadas por meio do *Relatório Mundial de Prevenção a Violência* (2014), revelam como pessoas que vivenciam violência ao longo de suas vidas podem apresentar doenças e transtornos do desenvolvimento. Não se trata apenas de violência física, mas também de diferentes formas de intolerância, preconceito e desrespeito ao outro, seja com relação ao credo, gênero/orientação sexual, étnico/racial, ideologia política, entre outros. Portanto, justificam-se medidas intersetoriais abrangentes, por meio de políticas públicas para prevenir e minimizar os efeitos da violência. Tais medidas, após implementadas, também necessitam ser monitoradas e (re)avaliadas de acordo com os princípios de sua implantação, como sugere Luz, Carvalho e Casagrande (2009).

Atualmente, há um crescente debate no Brasil sobre a segurança pública e o sistema penitenciário, que vive crise há décadas e cujos desdobramentos vêm cada vez mais se intensificando. Todavia, sabe-se que ações punitivas, apesar de necessárias, não são capazes de dar conta de responder integralmente à questão da violência, cujas raízes são complexas e multicausais. Uma das estratégias mais promissoras nesse panorama é a prevenção primária.

De acordo com Minayo e Souza (1999, p. 12) “Prevenção, como noção do senso comum significa antecipação da decisão sobre uma situação de risco”. Para Ribeiro (2008, p. 49) “é uma categoria fundamental tanto no que diz respeito aos fatores desencadeantes dos agravos, como enquanto componente dos atos terapêuticos”. Desta forma, a utilização de estratégias de prevenção primária, centradas na educação, visam chegar aos potenciais agressores que normalmente não seriam identificados como “em risco”. Internacionalmente são cada vez mais comuns estratégias de prevenção da violência em escolas, demonstrando que a prevenção primária pode melhorar as atitudes quanto às violências entre crianças e jovens de forma a mudar positivamente seu comportamento e torná-las mais autônomas e promotoras da paz.

A OMS destaca a importância do trabalho intersetorial como ponto de partida para preencher lacunas em resposta ao problema da violência no mundo, dentre eles destaca-se o papel dos setores da saúde, educação e justiça, promovendo estreita integração de governança e estado de direito aos programas de prevenção de violência. A agência também prevê a inserção de diversos objetivos de prevenção da violência na agenda de desenvolvimento pós-2015, dentre eles a redução em 50% das mortes relacionadas

com a violência em todos os lugares do mundo, e a eliminação de violência contra a criança e de todas as formas de violência contra mulheres e meninas até 2030.

A estratégia de formação em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), lançada pelo Ministério da Educação (MEC) na esteira dessas (e outras) diretrizes é uma política pública de caráter intersetorial promissora, ancorada na formação de multiplicadores para o exercício da igualdade de gênero e respeito à diversidade, com ênfase nos espaços escolares. O foco maior da política, em termos de público-alvo, é docentes e profissionais de escolas públicas (75%), porém também são incluídos outros profissionais que tenham interfaces com a educação (25%), tais como profissionais de saúde, justiça, assistência social, segurança pública, entre outros. Considerando a pesquisa realizada por Carrara e colaboradores (2016), o Brasil qualificou entre 2008 e 2012 mais de 40 mil professores da rede pública de ensino e profissionais com interface com a educação, oferecendo uma reflexão crítica, abordando questões relacionadas às temáticas gênero, sexualidade, orientação sexual, relações étnico-raciais e suas intersecções com violência, por meio do GDE. Todavia, avaliações dessa política pública são escassas.

À luz da discussão apresentada, este artigo almejou debruçar-se sobre um recorte de estudo acerca do GDE, no que tange à prevenção e manejo de violências no espaço escolar. Este recorte faz parte de uma pesquisa de mestrado mais ampla. Nesse trabalho o objetivo foi analisar em que medida e como o conteúdo formativo recebido durante o GDE pôde ser aplicado nos espaços de atuação profissional dos egressos para prevenção e manejo de violências, considerando o período de dois anos a partir da conclusão do curso. Também se explorou limitações e desdobramentos provenientes dessa política, focando em uma turma que concluiu o curso ofertado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2014.

O estudo de cunho descritivo-exploratório utilizou métodos qualitativos e quantitativos por meio da triangulação de métodos. De acordo com a definição de Figueiredo (2007, p. 95), a pesquisa quali-quantitativa é um método que “associa análise estatística à investigação de significados das relações humanas, e privilegia uma melhor compreensão dos temas a serem estudados facilitando assim a interpretação dos dados obtidos”.

Primeiramente foi conduzida pesquisa documental que constou de análise de 145 Projetos Interventivos de Aprendizagem (PA), mapeando estratégias de prevenção primária à violência e promoção de equidade no ambiente escolar. O PA foi desenvolvido e apresentado pelo participante ao final do curso GDE, e consistia em atividade interventiva realizada nos espaços escolares, objetivando a atuação como multiplicadores dos temas abordados ao longo da formação.

A segunda etapa constou, na pesquisa *follow-up*, após dois anos da realização dos projetos interventivos nos respectivos espaços de atuação dos egressos. Ela foi dividida em uma etapa quantitativa e outra qualitativa. A expressão *follow-up* tem sido bastante usada por pesquisadores da área de psicologia. No caso deste estudo, trata-se do *follow-up* de dois anos após a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola, que se deu em 2014, com *follow-up* conduzido em 2016.

A abordagem *follow-up* quantitativa foi conduzida por meio de elaboração de um formulário online com apoio da ferramenta de pesquisa *Google Forms*. Foi composto por perguntas fechadas e a avaliação se deu através da Escala de Likert, permitindo a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas. A escala de Likert é conceituada por Gil (1999, p. 137) como “escalas sociais, sendo instrumentos construídos que objetivam medir a intensidade de opiniões e atitudes da maneira mais direta possível”.

Os dados quantitativos coletados pelo formulário foram tabulados pelo Microsoft Office Excel for Windows. Os formulários ficaram disponíveis na internet na plataforma virtual do curso e puderam ser acessados pelos 145 egressos do Aperfeiçoamento em GDE/UPPR. Esses formulários foram enviados também via e-mail cadastrado na base de dados do sistema do curso GDE. Dos 145 enviados, 69 responderam e foram analisados mediante estatística descritiva.

A pesquisa *follow-up* qualitativa consistiu em entrevistas semiestruturadas em profundidade após a primeira participação quantitativa. Dos 69 participantes que responderam ao formulário eletrônico, 21 concordaram em ceder entrevistas, que foram realizadas também de modo online (por meio de Skype ou WhatsApp), cujos áudios foram gravados, transcritos, codificados e analisados tematicamente.

Ao final, o conjunto de dados foi submetido à análise por triangulação de métodos, conforme descreve Minayo (2005), pois neste tipo de investigação avaliativa, a autoavaliação faz parte do processo e o integra, mas o conjunto de elementos e procedimentos é muito mais amplo e complexo, pois conjuga: a presença do avaliador externo; as abordagens quantitativas e qualitativas e, de forma relevante, a análise do contexto, da história, das representações e a participação, assim como a combinação de métodos proposta e analisada neste estudo.

Ressalta-se que o anonimato e confidencialidade dos interlocutores foram garantidos, adotando pseudônimos e aceite dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atendendo a todos os procedimentos éticos preconizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFPR, recebendo assim, a devida aprovação, sob o CAEE: 54386016.2.0000.0102.

Entendendo a política pública de formação em Gênero e Diversidade na Escola

O GDE é considerado uma experiência de abrangência nacional inédita na formação de profissionais à distância (semipresencial) nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual, relações étnico-raciais e violências decorrentes desses aspectos. Visa preparar docentes e profissionais que atuem em interface com a educação, capacitando-os para atuarem como multiplicadores, em busca da redução de desigualdades de gênero e violências em seus territórios, a partir de suas vivências profissionais, sobretudo, nas escolas. Para Tortato (2015) o GDE é exemplo de uma importante medida para aquelas pessoas que pensam e fazem o processo educacional acontecer. São os cursos de especialização, aperfeiçoamento, capacitação ou sensibilização, propagados pelas políticas públicas nas áreas de gênero e educação que tem oportunizado o acesso ao conhecimento e sua efetivação no processo educacional das escolas.

Com relação ao formato, o cardápio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), possibilitava a opção de ofertas do GDE em nível de extensão (120 horas), aperfeiçoamento (180 horas) e/ou especialização (mínimo 360 horas). O curso GDE analisado neste trabalho foi ofertado pela

UFPR em nível Aperfeiçoamento (com 200 horas), entre 2013 e 2014, teve como sede o Polo de Matinhos/PR, sendo matriculados inicialmente 250 cursistas.

Das 200 horas do curso da UFPR, 40 eram presenciais e 160 à distância através de um ambiente colaborativo de aprendizagem, adaptado especialmente para o projeto pedagógico do curso, por isso a denominação semipresencial. A dinâmica interativa acontecia no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em formato de atividades escritas, leituras, fóruns de discussão das temáticas, entre outras atividades. Várias dessas atividades contemplavam questões relacionadas à violência. Foram trazidos à tona ao longo do curso temas como violência contra mulheres, homofobia, lesbofobia, transfobia, xenofobia, *bullying*, *cyberbullying*, racismo, entre outros.

A análise documental revelou que dos 145 PA analisados, 32% (n = 47) contemplaram ações de respeito à diversidade sexual; 31% (n = 45) se dedicaram a promoção da igualdade étnico racial; 19% (n = 28) foram relacionados à minimização de desigualdades entre homens e mulheres/meninos e meninas; 16% (n = 24) tiveram como objetivo contribuir com a redução de violências no contexto escolar, particularmente situações de *bullying* e homofobia; e 0,7% (n = 1) sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

O conteúdo dos módulos do curso ficava disponível em versão impressa e *on-line* na plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) do curso. Havia uma equipe pedagógica composta por coordenador do curso, professores, tutores presenciais e a distância, e supervisores de tutoria, acompanhando e auxiliando no desenvolvimento das atividades. Ressalta-se que todo o curso era ofertado gratuitamente, incluindo os materiais didáticos e suporte online/presencial fornecidos pela equipe.

Seguindo uma ordem cronológica, o GDE foi criado em 2006, e passou a ser ofertado pela UFPR Litoral por meio da modalidade aperfeiçoamento no ano de 2013. Os PA, os quais foram desenvolvidos pelos participantes e aplicados nas suas escolas e/ou locais de atuação profissional ao término do curso, em 2014. Ao analisar seus conteúdos, verificou-se que eles abordaram situações de violência na escola, ora endereçando ações preventivas para aqueles que a vivenciam como vítima, ora para perpetradores. As atividades práticas, tidas neste estudo como estratégias de prevenção à violência proporcionaram nos envolvidos a reflexão sobre as intersecções entre gênero, diversidade(s) e violência(s) e

a um contínuo processo de sensibilização, refletido tanto nos PA, como nas falas dos participantes.

Dos 145 PA analisados na pesquisa documental desse estudo, observou-se que foram aplicados para o seguinte público-alvo: a) 68% (n=63) estudantes; b) 19,5% (n=18) professores/as; c) 8,7% (n=8) funcionários/as e d) 3,2% (n=3) pais e familiares, considerando que o projeto poderia ser aplicado paralelamente com mais de um tipo de público.

Em relação ao nível de ensino trabalhado, o conteúdo do GDE alcançou por meio dos multiplicadores as seguintes modalidades educacionais: 34,6% (n=45) foram no Ensino Médio; enquanto que 33,7% (n=43) no Ensino Fundamental, mais especificamente no segundo ciclo (do 6º ao 9º ano); seguidos respectivamente de 6,9% (n=9) para o Ensino Integrado (médio e técnico), com o mesmo percentual para a Educação de Jovens e Adultos (EJA); 6,1% (n=8) para o Ensino Superior; 4,6% (n=6) no Ensino Fundamental - primeiro ciclo (1º ao 5º ano); constando ainda 3,8% (n=4) para a Educação Infantil e também a mesma porcentagem 3,8% (n=4) como outra modalidade não contida no formulário.

Nessa análise, é importante mencionar que alguns docentes possuíam mais de um padrão de trabalho, podendo atuar em mais de uma modalidade de ensino, por isso há uma variação nas respostas conforme cada questão, variando por sua vez a amostragem apresentada. Verifica-se que o maior público-alvo alcançado foram estudantes, vindo a confirmar uma ampla abordagem com alunos de diferentes faixas etárias, o que leva a crer que o projeto interventivo obteve sucesso e cumpriu sua função sendo aplicado desde as crianças na Educação Infantil, passando pelos adolescentes no Ensino Médio até os adultos na Educação Superior e EJA.

A SECADI é uma secretaria fundamental no MEC, responsável pela organização, divulgação e manutenção de políticas de formação de docentes em todo o país, tais como o GDE. É responsável por incluir na agenda da Educação debates acerca de questões como desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; gênero e diversidade sexual; proteção às crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-racial; educação para as populações do campo; direitos humanos; educação especial e inclusão, entre outros.

Na mesma direção, conforme apresentam Heilborn e Carrara (2009) a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade

são dimensões fundamentais ao processo educativo. A fala do professor Camilo, um dos egressos do GDE e atualmente engajado com o feminismo no âmbito acadêmico, expressa a importância de trazer à escola as discussões sobre gênero e diversidade e fazê-las repercutir também fora do contexto escolar.

Eu considero importante [o GDE] em vários aspectos, dentre eles: no processo formativo do professor, para que ele possa lidar com a diversidade na escola cada vez mais presente, e para que ele trabalhe com os preceitos de aceitação, de tolerância, de respeito. Enfim, em tempos tão obscuros como estes, [se referindo a então destituição da presidenta da república] creio que é uma saída para lidar contra a ignorância. E outro aspecto, é para própria propagação de estudos, de pesquisas, para melhorar a qualidade do ensino também [...], para enfrentar os dilemas existentes na escola, e para que isso extrapole os muros da escola e que possa romper com as práticas de preconceitos existentes na sociedade. Creio que quanto mais você promove a igualdade, mais democrática, mais plural, melhor se torna uma sociedade. E o seu revés, também é o oposto, quanto mais você caminha pra ratificação de um modelo injusto, assimétrico, em que alguns grupos e segmentos da sociedade detém sempre as oportunidades, creio que caminhe para barbárie, e o que queremos não é isso, nós queremos que caminhe para um modelo civilizatório humano, com justiça social que enfim, creio que o GDE é um meio para que isso tudo seja oportunizado (Professor Camilo).

Ainda que a discussão sobre o Congresso Nacional não seja o objeto desse estudo, é importante denunciar através do relato de Camilo, que grupos fundamentalistas contrários ao tipo de estratégia trazida neste estudo estão ganhando visibilidade no cenário político brasileiro. São liderados por membros de uma bancada composta por parlamentares de algumas denominações religiosas mais conservadoras, cujas ideologias estão arraigadas em preceitos hegemônicos e excludentes, principalmente no caso das “minorias sociais” e “minorias políticas” como mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais (LGBT). Uma análise detalhada de como estes grupos políticos querem impor novas nomenclaturas e inferiorizar as minorias sociais, principalmente as pessoas LGBT, pode ser conferida no estudo de Grespan e Goellner (2011), em que as professoras evidenciam a força do discurso heteronormativo como regulador da sexualidade dentro das escolas e na sociedade. Para Grespan e Goellner (2011,

p.119), “várias pesquisas demonstram como a homofobia se presentifica na escola, o que por si só, justifica a necessidade da produção de materiais didáticos que coloquem estes temas em discussão”. E, a política pública GDE tem essa finalidade.

Acompanha-se através dos projetos de lei, redações descabidas sobre a composição de família, que já não comportam mais as configurações familiares atuais que ocorrem na prática, independente de existir ou não um estatuto que as legitime. O mesmo vale sobre a não autorização de temas relativos a gênero e diversidade no Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros descompassos. Nesse momento, promove-se na sociedade a instauração do chamado “pânico moral”, em que um fenômeno social é identificado como uma ameaça às normas e valores da coletividade, conforme apresentam estudiosos como Sergio Carrara (2015), Berenice Bento (2017) e Richard Miskolci (2007).

Reitera-se o olhar do professor Caio, que defende a laicidade da escola pública prevista na Constituição e acredita na união de grupos de pessoas que pesquisam sobre o assunto para ganhar forças e dar visibilidade ao tema.

Eu considero de suma importância que essas temáticas sejam de fato discutidas [...]. Nós estamos num momento aí do cenário político brasileiro, onde há uma crise instalada e independente da posição política de cada qual, eu entendo que seria necessário que essas políticas fossem vistas de fato, como políticas públicas independente dos grupos que estão no poder, e não políticas específicas de governo. Nós recentemente tivemos aí nos últimos anos no Brasil uma atenção especial que eu considero que ainda não é a ideal, mas já houve um início de uma atenção especial a uma série de políticas públicas voltadas à diversidade e que eu espero estar errado, mas espero que elas não caiam por terra de agora em diante. E penso que não é só na escola, mas também que a escola é um grande instrumento para gente começar a debater essas políticas públicas voltadas a isso, e elas não podem ser vistas assim, como opcionais como algumas escolas veem. Elas têm que ser vistas de fato como políticas públicas que obrigatoriamente a escola tem que trabalhar (Professor Caio).

Historicamente, Joana Pedro (2005), traz o surgimento das discussões sobre gênero na sociedade e que este se deu por meio do diálogo com os movimentos sociais inicialmente demandados por grupos de mulheres, e posteriormente, feministas, gays e lésbicas, que questionavam as desigualdades e as relações de

poder entre os sexos. Problematizavam a visão androcêntrica de mundo: impositora, autoritária e determinante nos processos de desigualdade, que geravam rótulos às mulheres como frágeis, dóceis, e destinadas a atividades inerentes aos afazeres domésticos e a cuidar dos filhos e filhas.

Apesar de estar em discussão há décadas, constata-se pelos relatos apresentados que ainda é latente trazer à realidade as discussões sobre gênero e diversidade na escola, bem como o enfrentamento diante das iniquidades e violência(s) vivenciadas em suas diferentes formas e interseções, e, principalmente no tocante à importância das políticas públicas educacionais, conforme relatam os entrevistados, que atuam no cenário escolar.

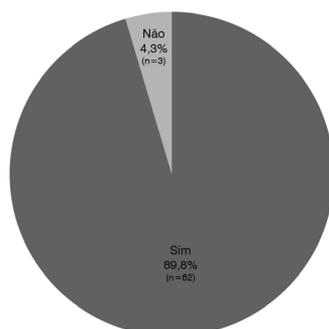
A violência escolar e o GDE

O *follow-up* quanti-qualitativo contou com a participação de 69 dos egressos, após dois anos do término do curso. Verifica-se por meio da Figura 1 que ocorreram situações relacionadas à violência na escola ou no local de trabalho dos participantes em que foram necessárias intervenções utilizando-se dos conhecimentos adquiridos no GDE. Quando indagados se houve necessidade de algum tipo de intervenção com aplicação dos conhecimentos, 89,8% (n = 62) dos participantes da pesquisa assinalaram que “sim”.

Tais resultados reforçam a pertinência do curso em ser mantido na agenda das políticas públicas, para que docentes e profissionais que lidam diariamente com situações de diversidade e violência sintam-se capacitados para agir como multiplicadores e promotores de cultura de paz. Desta forma, professores e demais profissionais da educação devem estar atentos às intersecções de gênero e as múltiplas formas de violência que se apresentam e camuflam no dia a dia de estudantes das escolas de todo o país, assim como destaca Guacira Louro (2001) ao lembrar que os sentidos precisam estar afiados para que todos sejam capazes de ver, ouvir e sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos que implicam na concepção, organização e no fazer cotidiano da escola.

Figura 1. Percentual de situações de violência no local de trabalho e/ou escola

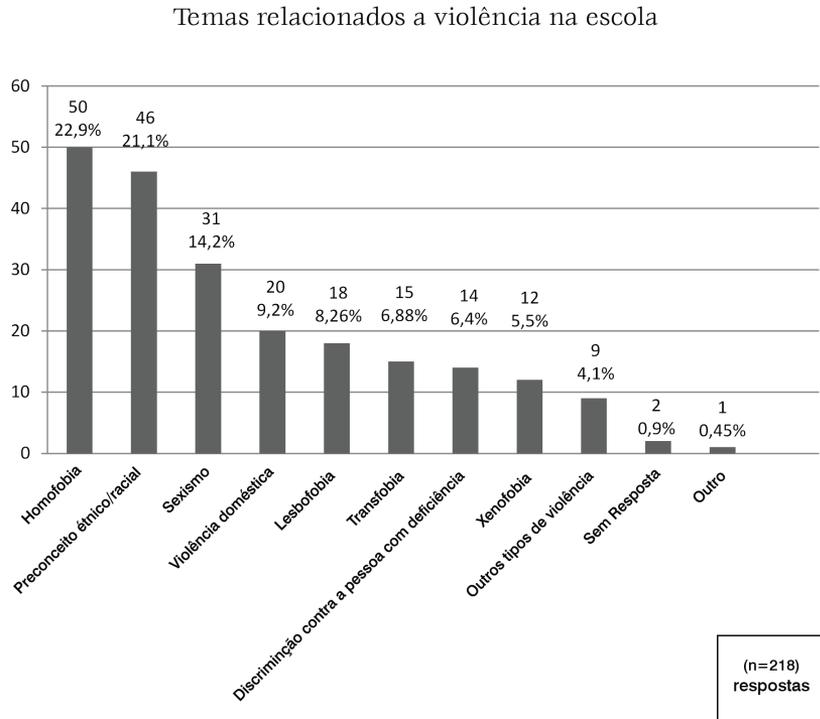
Ocorreram situações na sua escola ou em seu local de trabalho que você precisou intervir utilizando-se dos conhecimentos adquiridos no GDE?



Fonte: elaboração dos autores (2016).

Diante do número expressivo de respostas à violência no contexto escolar, em seguida foram questionados somente aqueles que haviam sinalizado “sim” à pergunta anterior, sobre quais seriam as temáticas que necessitaram intervenções profissionais. As temáticas identificadas apresentam-se todas relacionadas a situações de violência, em suas mais variadas formas, conforme demonstra a Figura 2. De um universo de 218 (218 respostas.), considerando que cada participante poderia optar por mais de uma resposta, obteve-se o seguinte resultado: a) 22,9% (n=50) foram situações relacionadas à homofobia, b) 21,1% (n=46) questões ligadas são preconceito étnico-racial; c) 14,2% (n=31) relacionadas ao sexismo e d) 9,1% (n=20) à violência doméstica. A Figura 2 apresenta por completo todas as demais expressões dos participantes que responderam “sim” na Figura 1, incluindo aquelas com menor prevalência, mas não menos importantes neste debate.

Figura 2. Temas sobre violência em que os egressos (n=69) necessitaram intervir nos espaços de atuação profissional



Fonte: elaboração dos autores (2016).

A Figura 2 revelou que a homofobia e o preconceito étnico-racial lideraram os temas mais citados das violências que se destacaram nas escolas. Analisando os mesmos dados sob um outro ângulo, percebe-se que a homofobia esteve presente e necessitou intervenção em mais de 70% das escolas dos egressos. Merece destaque as palavras de Guacira Louro (2011) sobre a homofobia, que circula pelos corredores e salas de aula, se insinua nos livros didáticos e aparece escancarada nos recreios e nos banheiros. A autora enfatiza a necessidade de aguçar o olhar e tentar ficar atentos para os processos que tecem as subordinações e hierarquias entre os sujeitos e práticas sexuais, que admitem e excluem indivíduos e grupos sociais.

Estudos anteriores de Wanzinack, Signorelli e Reis (2015) têm revelado que a homofobia vem sendo objeto das políticas públicas no Brasil, e mesmo ainda não tendo sido criminalizada em forma de lei, vários documentos estão promovendo diretrizes para seu

enfrentamento. É o caso do Programa Brasil Sem Homofobia, iniciado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que propõe diretrizes voltadas ao combate à violência homofóbica; a Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT, implementada desde 2010, e também as Conferências Nacionais LGBT que integram o Plano Nacional de Educação.

Estratégias de prevenção à violência

Por meio das entrevistas em profundidade, os participantes relataram ações e estratégias de prevenção primária que foram implementadas para combater a(s) violência(s) em seus espaços de atuação profissional. Algumas medidas preventivas apresentadas pelos participantes foram tomadas mediante demandas vivenciadas e com o aporte da formação recebida pelo curso GDE.

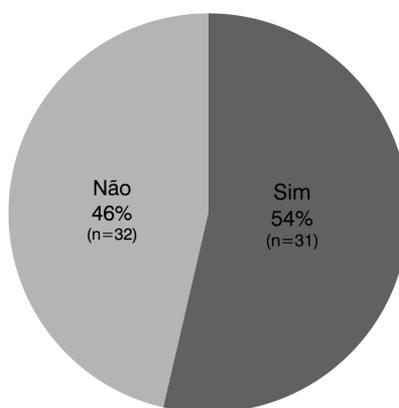
Analisando as entrevistas, constatou-se que os profissionais buscaram focar na interdisciplinaridade ao desenvolver ações de prevenção primária no contexto escolar e profissional. Ou seja, por meio das disciplinas em que lecionam ou do trabalho que exercem como coordenadores pedagógicos ou assistentes sociais, por exemplo, conseguiram desenvolver estratégias que trouxessem à realidade ações simples, práticas e mobilizadoras, conforme apresentado nos relatos. Destaca-se que não foram trazidos todos os depoimentos, devido às limitações do artigo. No entanto, aqueles que não foram apresentados são tão importantes para a discussão do tema e explorados de igual forma na composição da pesquisa.

Considerando a triangulação de métodos, mescla-se aqui apontamentos a partir da análise documental, resultante da análise dos PA, das entrevistas e dos formulários. Há que se considerar que os profissionais investigados são formadores de opinião. Um fato significativo que emergiu foi a participação e indicação do conteúdo e temas da política pública do GDE no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Essa é uma das principais estratégias assertivas, pois é através do PPP que são traçados objetivos e prioridades pela comunidade escolar, trazendo à realidade as ações necessárias para a construção de novas realidades, pois abordar as intersecções entre gênero, diversidade, violência, educação e currículo, é uma questão política que deve ser assumida por todo o coletivo da educação. (VASCONCELLOS, 2005).

Verifica-se na Figura 3, que 54% (n = 37) dos egressos do GDE participaram da elaboração e/ou atualização do PPP da escola, enquanto que 46% (n = 32) confirmaram que não têm participado. Justifica-se a distribuição desigual, com muitas respostas negativas, pois nem todos os egressos são docentes ou pedagogos atuantes em escolas e também nem todas as escolas revisam seus PPP com frequência ou de modo democrático, com participação de todos os docentes.

Figura 3. Participação na elaboração do PPP da escola

Você tem participado da elaboração/atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola?



Fonte: elaboração dos autores (2016).

Em seguida, na mesma linha de raciocínio, os egressos foram questionados se indicavam temáticas relativas ao GDE (como gênero, diversidade e violência) para inclusão no PPP da escola. Surpreendentemente de 37 participantes que responderem que participam na construção da proposta pedagógica, constata-se na tabela 1, por meio da Escala de Likert, que 35 deles, ou seja 50,7% (mais da metade), indicaram a temática no PPP de suas escolas. Tais dados evidenciam a possibilidade de o GDE trazer repercussões mais perenes aos cenários escolares, uma vez que o PPP é o principal documento norteador desses espaços.

Tabela 1. Indicação de temas da política pública em Gênero e Diversidade no PPP

Indico o conteúdo e temas da política pública em Gênero e Diversidade no PPP						
Escala de Likert	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Sem resposta
Número	(n=6)	(n=1)	(n=4)	(n=11)	(n=24)	(n=23)
Porcentagem	8,7%	1%	5,8%	15,9%	34,8%	32%

Fonte: Os autores (2016)

Quanto às entrevistas, considerou-se para análise os resultados qualitativos de projetos, programas e ações de governança desenvolvidos pelos participantes que puderam ser triangulados com a análise dos PA. A partir deste recorte foram considerados apenas aqueles que direcionavam as estratégias para a prevenção da violência no contexto escolar. Destacaram-se particularmente situações de *bullying* e homofobia.

Borrillo (2010), define a homofobia como uma forma de inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar o indivíduo homossexual à semelhança de outras formas de exclusão como a xenofobia, o racismo, o antissemitismo ou o sexismo. E, o fato de trazer esta reflexão ao contexto estudado, justifica além da necessidade de abordagem das diferentes estratégias apresentadas nos relatos, como os temas apresentados na Figura 2, uma vez que o processo de violência implícito na inferiorização intersecciona-se também com muitas outras formas de exclusão que não somente a homofobia.

Alguns egressos revelaram como desenvolveram ações práticas em suas escolas para trabalhar com a prevenção primária à violência com seus estudantes:

Desenvolvi um seminário, uma discussão de mesa redonda com os alunos, explicando primeiramente o que significa homofobia, o que é ser homossexual, o que é ser heterossexual, da onde começa, como começa [...].Je perguntas com os alunos. Depois foi feito esse seminário, e eles fizeram cartazes para demonstrar o que tinham aprendido sobre o assunto (Professora Patrícia).

Na fala dessa professora, nota-se a preocupação em esclarecer e conceituar a homofobia de forma aberta e participativa, usando termos adequados e os recursos do diálogo e mesa redonda. Esse posicionamento é importante se iniciar na escola, para que seja

enriquecido e aprofundado, pois é por meio do conhecimento que se pode evitar o preconceito e a violência. Neste sentido, o relato da entrevistada converge com estudos de Tortato (2014), que enfatizam que a questão de gênero perpassa os conteúdos do currículo, requerendo, além do conhecimento, aprofundamento e envolvimento.

Durante as entrevistas, uma professora relatou que em sala de aula começaram a ocorrer situações de violência, em relação à homofobia, entre homossexuais e heterossexuais, entre as feias e as bonitas, gordos e magros e que, esses binarismos, fizeram com que ela buscasse focar em estratégias de prevenção às mais diferentes formas de violência que se evidenciavam. Dentro desse contexto trazido à luz da discussão em sala de aula, Borrillo (2010) discorre que existe uma lógica binária de construção da identidade sexual em que a mulher está oposta ao homem, assim como o homossexual está ao heterossexual. E, com o mesmo sentido, todos os opostos destacados na fala da entrevistada considerando a visão androcêntrica e sexista da sociedade.

O relato da pedagoga Vera, apresenta a abordagem do tema homofobia junto de novos multiplicadores, confirmando a propagação de outros agentes, que pela transcrição e análise da fala seriam estudantes, professores e pedagogos.

Como eu sou professora-pedagoga, em duas semanas pedagógicas eu levei o tema gênero e diversidade para ser abordado, [...] Então, já por duas vezes consecutivas, dois eventos consecutivos, nós trabalhamos a questão da diversidade. Diretamente com os alunos, eu tenho trabalho no nível superior aqui na Faculdade, nós estamos sempre conversando sobre isso, de alguma forma debatendo, e agora, recentemente, nós tivemos um evento que foram oficinas pedagógicas, que foram convidados dois egressos para virem fazer palestras e um deles tratou do tema justamente de gênero e diversidade, no dia dezessete de maio, que é o dia de combate mundial à homofobia, foi uma palestra brilhante! E aí nós reunimos todos os nossos alunos da Pedagogia e fizemos esse evento. Foi brilhante, muito esclarecedor, os alunos compreenderam e tiveram uma outra visão depois dessa palestra (Pedagoga Vera).

Os apontamentos descritos por Vera podem ser conferidos em pesquisas anteriores como de Garcia (2015) e de Rohden e Carrara (2008), que também viabilizaram experiências similares, analisando-se a formação docente em GDE. Esses estudos reforçam

o observado nesta pesquisa, que a violência é um fenômeno complexo e multicausal, e que poderia ser evitada por meio de estratégias de prevenção primária, capacitando docentes, alunos e profissionais da escola como potenciais multiplicadores na promoção de uma cultura de paz e inclusão.

Considerações Finais

Esse estudo buscou destacar ações vem sendo realizadas por meio de agentes multiplicadores que foram preparados para continuar esta sensibilização nas escolas e nos espaços de atuação profissional. Os apontamentos finais revelam que o curso GDE pode ser considerado uma política pública intersetorial de formação docente voltada à prevenção de violências, que contribui para preparar diferentes profissionais que vivenciam diariamente a violência em suas mais variadas formas. Essas pessoas sentem-se mais preparadas para possíveis intervenções, sendo capazes de promover estratégias de respeito, tolerância e cultura de paz no ambiente escolar. As estratégias que visam promover equidade de gênero e diversidade estão diretamente relacionadas à prevenção da(s) violência, transparente nas falas dos participantes da pesquisa que as buscam.

Constatou-se que as violências, discriminações e preconceitos continuam a existir, e que somente com informação e conhecimento será possível reverter as iniquidades em culturas promotoras de paz e equidades. Uma potencialidade observada nesta pesquisa foi a inserção da temática nos PPP das escolas dos egressos. Quem está na ponta, enfrentando no dia a dia os problemas sabe da importância de estar preparado, porém, é preciso que não só professores sejam capacitados. Abre-se assim, o debate sobre os limites das universalidades das políticas no que tange as “minorias” sociais e políticas, sobre as quais demandam ações afirmativas, valorizando cada grupo em questão, mesmo diante das dificuldades vivenciadas em função do atual cenário político, e da redução dos orçamentos nos setores básicos, como saúde e educação.

Espera-se que uma política pública que é capaz de reduzir desigualdades de gênero e violências, promovendo iniciativas locais, continue sendo ofertada sempre que necessário aos profissionais que demandam por conhecimento para lidar com tais questões com seus estudantes. Tais políticas devem compor uma

agenda de políticas de Estado e não apenas políticas de governo, que podem ficar a mercê de posicionamentos partidários e grupos fundamentalistas, correndo risco de extinção.

Gender and Diversity in School: reflections on an intersectoral public policy for prevention of violence

Abstract: The Ministry of Education is fostering an intersectoral policy for training teacher on gender, diversity and prevention of violence through the course of Gender and Diversity in School. The objective was to analyze the repercussions of this strategy on prevention and management of violence in schools of the graduates. The triangulation evaluation was adopted, merging documentary research and follow-up after two years of completing the course, including 145 graduates who answered a quantitative form and 21 semi-structured interviews. Outcomes evidenced: a) in 89.8% (n = 62) of the schools violence was present and teachers could intervene using the contents of the course; b) 22.9% (n = 50) was homophobia, 21.1% (n = 46) racism, 14.2% (n = 31) sexism and 9.1% (n = 20) domestic violence; c) qualitative analysis suggested the course as a strategy to train multipliers engaged on violence prevention and peace culture's promotion in their spaces. However, even with such strategy demonstrating considerable progress, the challenges persist with the current political-economic scenario. The most threatening is the possibility of regression imposed by conservative sectors of the executive and legislative. Therefore, the visibility of actions is a decisive step for maintenance and potentialization, avoiding the dismantling of this strategy.

Keywords: Gender. Violence. School. Public Policies.

Género y Diversidad en la Escuela: reflexiones acerca de una política pública intersectorial de prevención de la violencia

Resumen: El Ministerio de la Educación viene promoviendo una política intersectorial para la formación de maestros en el género, diversidad y prevención de la violencia por el medio del curso Género y Diversidad en la Escuela. Este estudio tuvo como objetivo analizar el impacto de esta estrategia en la prevención y tratamiento de la violencia en las escuelas de graduados. Se adoptó una evaluación por triangulación, la mezcla de investigación documental y *follow-up* después de dos años del término del curso, incluyendo 145 graduados que respondieron a un formulario cuantitativo y 21 entrevistas semiestructuradas. Los resultados indican: a) en 89,8% (n = 62) de las escuelas ocurrieron violencias y los graduados intervinieron utilizando contenidos del curso; b) 22,9% (n = 50) fue en situaciones de homofobia,

21,1% (n = 46) racismo, 14,2% (n = 31) sexismo y 9,1% (n = 20) violencia doméstica; c) los datos cualitativos señalar on el curso como una estrategia de formación de multiplicadores comprometidos em la prevención de violencias y promoción de la cultura de paz en sus espacios. Sin embargo, incluso una estrategia de este tipo que de muestra un progreso considerable, sigue habiendo problemas con los entornos políticos y económicos actuales y los más amenaza la posibilidad de regresión impuesta por los sectores conservadores del legislativo y ejecutivo. Por lo tanto, sacciones es um paso decisivo para el mantenimiento y mejora, evitando el desmantelamiento de esta estrategia.

Palabras clave: Género. Violencia. Escuela. Políticas Públicas.

Referências

- BENTO, Berenice. *Transviad@s: sexualidade, gênero e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26037>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.
- CARRARA, Sergio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, ago.2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>
- CARRARA, Sergio *et al.* Diversity in school: a Brazilian educational policy against homophobia. *Journal of LGBT Youth*. v. 13, n. 1-2, p. 161-172, 2016.
- FIGUEIREDO, Nébia. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Yendis, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRESPLAN, Carla Lisbôa; GOELLNER, Silvana Vilodre. "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual": sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. *Revista da Faced*, Salvador, v. 19, n. 1, p.103-122, jan./jun. 2011.
- HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sergio. Gênero e Diversidade na Escola: uma proposta de ação. In: CARRARA, Sergio. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. *Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir Salete, (org.). *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba: UTFPR; 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Niterói, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

RIBEIRO, Maria da Conceição Osório. Prevenção primária da violência: construção, implementação e avaliação de um programa de intervenção em contexto escolar. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2008. Disponível em: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1518/1/DM_Maria_Conceicao_Osorio.pdf. Acesso em: 28 jan. 2017.

ROHDEN, Fabíola; CARRARA, Sergio. O percurso da experiência gênero e diversidade na escola: pretensões, realizações e impasses. *In: ROHDEN, Fabíola et al. Os desafios da transversalidade em uma experiência de formação online: curso gênero e diversidade na escola*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2008.

TORTATO, Cíntia Batista de Souza. Pensar a escola como um lugar para todos: a inclusão do gênero. *In: OLIVEIRA, Daniel Canavese; COVOLAN, Nádia Terezinha. (org.). Educação & Diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015. p. 103-120.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 14. ed. São Paulo: Liberdade, 2005.

WANZINACK, Clóvis; SIGNORELLI, Marcos Claudio; REIS, Clóvis. Violência de gênero em três escolas: estudo territorial com professores de três Estados de Brasil. *Revista Sexología y Sociedad*, Ciudad de La Habana, v. 21, n. 2, p. 281-291, 2015.

Submetido em 21/10/2017.

Aceito em 23/07/2018.